

Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

JORNAL DIÁRIO DA SERRA
Propriedade da **AJOTA**
ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA
CNPJ: 29.464.235/0001-16
ISSN 22386467

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes (DRT-MT 1302)

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos
para o **whatsapp** do **DIÁRIO DA SERRA**
(65) 3326-4724 

www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br



DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA
SERVIÇOS GRÁFICOS
E. Tormes e Cia. LTDA
CNPJ: 14.048.123/0001-07
CONTATO: adm@diariodaserra.com.br
Fone: (65) 3326-4724

ENDEREÇO: Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque
Mansões - 78302-028 Tangará da Serra-MT
Fundado em 11 de novembro de 1996
Edição online desde 06 de setembro de 1997

TIRAGEM:1 MIL EXEMPLARES
CIRCULAÇÃO: Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenápolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE:   /jornalds
(65) 3326-4724 

CURTAS//

PLEBISCITO

O deputado estadual Gilberto Cattani (PL) defendeu durante sessão plenária realizada nesta semana na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, a realização de um plebiscito com moradores da região do Salto das Sete Quedas, área envolvida em uma disputa territorial entre os estados de Mato Grosso e Pará.

DISPUTA TERRITORIAL

A discussão envolve uma área estimada em aproximadamente 22 mil km², localizada entre os rios Araguaia e Teles Pires, considerada estratégica pelo potencial agrícola, econômico e energético. O governo de Mato Grosso sustenta que houve um erro na demarcação da divisa realizada em 1922, o que teria transferido indevidamente a área para o Pará.

DISCUSSÃO

A controvérsia voltou a ser discutida após Mato Grosso ingressar com uma nova ação no STF, em maio de 2023, pedindo a revisão do entendimento. Nesta semana, o tema ganhou repercussão após a audiência de conciliação entre os dois estados, inicialmente prevista para o dia 21 de maio, ser remarcada para o dia 6 de junho, em Brasília.

ARTIGO//

O fim da escala 6x1 pode acelerar o desemprego que promete combater

O fim da escala 6x1 foi aprovado em Brasília sob aplausos previsíveis de um ambiente político que historicamente privilegia medidas de forte apelo popular. A proposta vende descanso, qualidade de vida e modernização das relações de trabalho, em termos humanos o discurso é difícil de contestar. O problema aparece quando a pauta deixa o plenário e entra na operação das empresas. Economia não funciona com intenção, funciona com produtividade, margem, eficiência e capacidade de absorver custo sem destruir competitividade. Esse detalhe raramente aparece nos discursos que celebram a medida. A questão central não está na ideia de descanso, mas na capacidade econômica do país de sustentar uma redução de jornada sem perda de produtividade. Países que reduziram carga horária de maneira consistente fizeram isso após décadas de ganho tecnológico, eficiência operacional e aumento de valor agregado da mão de obra. O Brasil ainda convive com baixa produtividade média, estrutura tributária complexa e elevado custo operacional. Quando a produção por hora não cresce no mesmo ritmo do custo trabalhista, alguém inevitavelmente absorve essa diferença, normalmente o empresário primeiro, depois o consumidor e por fim o trabalhador. A coincidência política da discussão também chama atenção. O governo enfrenta dificuldades históricas para construir um ambiente robusto de crescimento econômico, previsibilidade

regulatória e segurança para investimento privado, ao mesmo tempo acelera uma pauta de enorme apelo popular às vésperas de mais um ciclo eleitoral. Brasília continua tratando consequência como política econômica. Crescimento sustentável exige reformas estruturais, eficiência pública, simplificação tributária e confiança institucional, mas esse tipo de agenda demora para gerar efeito. Manchete popular entrega retorno político imediato. Os setores mais impactados pela mudança são justamente aqueles que dependem de operação contínua e presença humana permanente. Supermercados, farmácias, postos de combustível, hotéis, restaurantes, hospitais, logística, segurança privada, pedágios e varejo físico vivem de escala, turno e cobertura operacional. Não são empresas digitais de baixa dependência humana. Quando cada hora trabalhada fica mais cara sem aumento proporcional de produtividade, o empresário reage da única maneira racional possível, recalcula estrutura, reduz exposição e revisa custo operacional. Esse recálculo já começou em diferentes segmentos da economia e atende por um nome bastante conhecido, automação. Totens de atendimento, inteligência artificial, aplicativos, autoatendimento, câmeras inteligentes e sistemas integrados passam a ganhar prioridade dentro das estratégias corporativas. A máquina não falta, não entra em dissídio, não processa a empresa e não pressiona escala operacional. Parte dos trabalhadores espera proteção, mas pode acabar acelerando exatamente o movimento que reduz vagas operacionais repetitivas dentro das empresas. A ironia econômica aparece justamente aí. Políticas criadas para proteger determinados grupos podem acelerar mecanismos que tornam parte dessas funções menos necessárias, não

porque empresários sejam inimigos do trabalhador, mas porque empresas precisam sobreviver financeiramente. A Companhia não existe para operar no prejuízo permanente, existe para gerar valor, remunerar risco, pagar fornecedores, impostos e salários. Quando a política pública comprime margem operacional, a gestão inevitavelmente procura eficiência. Em muitos casos, eficiência significa operar com menos pessoas. O mercado financeiro também tende a reagir antes mesmo dos efeitos aparecerem nos indicadores oficiais de emprego. Setores intensivos em mão de obra carregam imediatamente maior percepção de risco. Varejo, serviços, logística e operações presenciais passam a conviver com margens potencialmente mais apertadas e menor previsibilidade operacional. Investidores não aguardam o desemprego aparecer nos números do Caged para ajustar expectativa. O mercado antecipa deterioração de resultado muito antes da consequência social se materializar publicamente. O debate honesto nunca deveria ser entre descanso e exploração, mas entre produtividade e capacidade econômica real. Países ricos reduziram a jornada depois de enriquecer e aumentar a eficiência produtiva. Países pobres que tentam inverter essa lógica frequentemente substituem um problema social por outro problema social igualmente grave. Menos dias trabalhados podem significar mais pressão sobre lucro, menos vagas formais e aceleração da automação em atividades repetitivas. A intenção pode até ser social, mas quando a política ignora matemática econômica, a matemática não protesta, apenas cobra.

Olívia Flôres de Brás, CEO da Magno Investimentos



AÇÃO SORRISO NO CAMPO MOBILIZA FORÇA-TAREFA INTERSETORIAL EM ESCOLA RURAL DE TANGARÁ DA SERRA

Acontece nesta sexta-feira, 29, no Centro Municipal de Ensino Jucileide Praxedes, na Gleba Triângulo, mais uma grande edição do projeto “Ação Sorriso no Campo: Saúde Bucal e Prevenção com o PSE”, iniciativa que fortalece a integração entre Saúde e Educação no atendimento aos escolares do campo.

A ação é resultado da parceria intersetorial entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Educação, contando com apoio permanente da gestão municipal, por meio do prefeito Vander Alberto Masson e do vice-prefeito Eduardo Sanches, que têm fortalecido as ações voltadas à promoção da saúde e ampliação do acesso aos serviços públicos nas comunidades rurais.

O evento reunirá mais de 40 envolvidos, entre profissionais das equipes de saúde bucal da rede municipal, acadêmicos estagiários do curso de Odontologia da Faculdade Anhanguera e profissionais da educação, promovendo um grande mutirão de assistência e prevenção em saúde bucal.

Durante toda a semana a Unidade Odontológica Móvel esteve



FOTO: DIVULGAÇÃO

presente na escola realizando atendimentos clínicos aos alunos e servidores da unidade. Já no encerramento da ação, nesta sexta-feira, será realizado um grande mutirão coletivo com utilização de consultório odontológico portátil, ações educativas e procedimentos preventivos e clínicos.

Entre as atividades previstas estão escovação supervisionada, aplicação tópica de flúor, levantamento epidemiológico, orientações em saúde bucal, triagem clínica e realização de ART – Tratamento Restaurador Atraumático, técnica minimamente invasiva voltada ao controle e tratamento da cárie dentária.